aurum
Revista Multidisciplinar

ISSN: 3085-7783

COMO A “DOENÇA DA MÍDIA” NÃO FOI O FOCO DA MÍDIA EM ARACAJU

HOW THE “MEDIA DISEASE” WAS NOT THE FOCUS OF THE MEDIA IN ARACAJU

https://doi.org/10.63330/armv1n4-002

Submetido em: 10/06/2025 e Publicado em: 12/06/2025

Élcio Luiz Santos da Silva
Mestrando em Educação
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: elcio-luiz@hotmail.com

RESUMO
Esta produção é fruto dos primeiros passos da pesquisa de uma dissertação de mestrado em Educação que, através da análise de periódicos de três veículos jornalísticos da cidade de Aracaju, capital de Sergipe, buscamos entender como essas narrativas educaram a população acerca da aids a partir de 1983. Sendo que a “doença da mídia”, como passou a ser nomeada por alguns estudiosos, foi uma enfermidade complexa, podendo receber essa nomenclatura por estar bem mais à frente da medicina, que tanto o contágio como a sua popularidade crescia bem mais do que as descobertas científicas sobre sua origem. Assim, nossa problemática se estabelece quando, durante os cinco primeiros anos pesquisados, adquirimos poucas informações sobre um tema tão urgente e como realizamos a investigação mediante essa situação. E assim como a dissertação se utiliza do método qualitativo, nós também caminharemos por este caminho, especificamente pela análise documental.

Palavras-chave: Aids; Imprensa; Educação.

ABSTRACT
This production is the result of the first steps in the research for a master's dissertation in Education which, through the analysis of periodicals from three news outlets in the city of Aracaju, capital of Sergipe, we sought to understand how these narratives educated the population about AIDS from 1983 onwards. Since the “media disease”, as it came to be called by some scholars, was a complex illness, it was able to receive this nomenclature because it was so far ahead of medicine, that both contagion and its popularity grew much more than scientific discoveries about its origin. Thus, our problem is established when, during the first five years of research, we acquired little information on such an urgent topic and how we carried out the investigation in this situation. And just as the dissertation uses the qualitative method, we will also follow this path, specifically through documentary analysis.

Keywords: AIDS; Press; Education.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é uma curva, de uma longa estrada, que leva a uma pequena trilha. É interessante já adiantar que ela não nos levará para outros lugares, pois o seu destino é encontrar novamente o caminho principal. Ela tem a função de nos fazer focar em um determinado ponto, mas sem perder de vista o horizonte que nos interessa. Assim, esta produção é fruto dos primeiros passos da pesquisa de uma dissertação de mestrado em Educação que busca analisar como a imprensa aracajuana, mediante os periódicos de três veículos jornalísticos da cidade, educou sua população acerca da aids desde os seus primeiros casos noticiados no país em 1983 até o final do século XX.

Partindo da perspectiva que Aracaju é a capital do menor estado da federação, o que implica a hipótese de uma cultura não cosmopolita, e de que o país passava por uma transformação gritante que foi a sua redemocratização por conta do enfraquecimento político e econômico do Golpe Militar instaurado como ditadura desde 1964, refletindo no estatuto e da imprensa, que passava por uma abertura em ser mais livre no que propagava (Green, 2018).

Objetivamos tentar entender as exíguas publicações sobre o tema, bem como o porquê de três veículos de comunicação impressa terem falado tão pouco de uma doença mortal sendo estampada no mundo e no restante do Brasil. Nisto, nossa problemática é nítida: por ser a capital do menor estado e também estar se democratizando seria, ou não, um ambiente favorável para um tratamento mais intenso e frequente sobre a aids? Ou que era um momento propício para não abordar o tema?

Para a dissertação, usamos o método qualitativo de investigação, que para Gibbs (2009), é um método descritivo que não tem a intenção de reduzir informações. Ao contrário, quanto mais dados forem coletados, melhor. Contudo, ao se tratar da nossa dissertação, uma questão precisou ser respondida: como conseguir respostas com tão poucas fontes e informações? Por isso, este artigo se baseia em como estamos trabalhando na pesquisa para preencher lacunas provocadas pela carência de respostas das fontes para a pergunta sobre o tema da aids na capital sergipana. Ao passo que também discutiremos como estamos tentando explicar ou interpretar esse silêncio da imprensa local sobre a epidemia, com foco nos periódicos Jornal da Cidade nos anos de 1983 até 1985, o Jornal de Sergipe, em 1983 e a Gazeta de Sergipe, de 1983 até 1987.

2 METODOLOGIA

2.1 A PESQUISA QUALITATIVA

Antes de abordarmos o que o subtítulo propõe, é preciso que tenhamos uma definição mais aprofundada do que seja uma pesquisa qualitativa. Para Flick (2004), a pesquisa qualitativa não é baseada em um conceito metodológico ou teórico que se unificam. Na verdade, são várias as abordagens que constroem as práticas e discussões desta pesquisa. “Os pontos de vista subjetivos são um primeiro ponto de

partida". Assim, para o autor, temos mais dois tipos de correntes que se envolvem neste tipo de investigação: a segunda se refere ao curso das interações e a elaboração do que se estuda e a terceira está relacionada em "reconstruir as estruturas do campo social e o significado latente das práticas" (p. 22). Assim, a investigação qualitativa "torna-se um processo contínuo de construção de versões da realidade. A versão que alguém apresenta em uma entrevista não necessariamente corresponde à versão que essa pessoa teria formulado no momento em que o evento relatado ocorreu" (p. 25).

É interessante ressaltar que investigação qualitativa nos sugere algum tipo de transformação dos dados, como muito bem citou Gibbs (ibidem). Pois, para o autor, o processo de coleta inicia com uma volumosa amostra de fontes para que só depois se possa filtrar o que de fato interessa à pesquisa. "Outros pesquisadores enfatizam que a ideia de que a análise qualitativa envolve interpretação e recontagem" (p. 16). Mas também podemos afirmar que "o tipo mais comum de dado qualitativo usado em análise é o texto, que pode ser uma transcrição de entrevistas ou notas de campo de trabalho etnográfico ou outros tipos de documentos" (p. 17).

> Em alguns tipos de pesquisa social, estimula-se a coleta de todos os dados antes do início de qualquer tipo de análise. A pesquisa qualitativa se diferencia nesse sentido porque não há separação entre conjunto de dados e análise de dados. A análise pode e deve começar no campo. (...) Na verdade, fazer análise e coleta de dados ao mesmo tempo não apenas é possível como pode ser uma boa prática. Você deve usar a análise de seus primeiros dados como forma de levantar novas questões e perguntas para a pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é flexível. As perguntas de pesquisa podem ser decididas mais tarde no estudo, por exemplo, se as perguntas originais tiverem pouco sentido à luz das perspectivas estudadas. (Gibbs, 2009).

É importante ressaltar que a análise qualitativa possui "[…] uma grande preocupação em descrever a situação em questão, para responder a pergunta 'O que está acontecendo aqui?'. Isso porque, muitas vezes, o que se descreve é o novo ou, pelo menos, esquecido ou ignorado" (Gibbs, 2009); como é o caso sobre as notícias em Sergipe sobre a aids no Brasil e no mundo.

Indução e dedução é outro tema bastante importante na obra de Gibbs (2009), já que essas duas funções ajudam na percepção e explicações de padrões, caso esse seja também um foco da pesquisa. Sobre a indução, podemos definir como a justificação e produção de uma explicação geral tendo como ponto observação o acúmulo de determinadas situações. Como é o caso da nossa dissertação, cuja casuística noticiaria é baixa, procuramos identificar nos periódicos qualquer notícia ou verbete que aborda o HIV ou a aids. Sendo que a indução pode se encaixar mais em uma investigação qualitativa. Pois a dedução vai totalmente ao contrário, pois ela possui mais um lado racional mediante a produção de hipótese lógicas baseadas em indícios e pistas muitas vezes distantes ou aparentemente desconexas, bem como "[…] uma hipótese é deduzida a partir de uma lei geral e isso é testado em relação à realidade, procurando-se circunstâncias que a confirmem ou refutem. Grande parte da pesquisa qualitativa explicitamente tenta explicitamente gerar novas teorias e novas explicações" (p. 20).

Para nossa pesquisa, por exemplo, com poucas alternativas indutivas, deduções serão traçadas com base em teorias e conhecimentos sociológicos e históricos mais amplos e consolidados sobre Sergipe. Ou seja, a interpretação sobre o conteúdo das notícias, bem como sua escassez pode se pautar em teorias sociológicas, econômicas e antropológicas sobre a sociedade sergipana da época. Mais do que isso, pensando que existe um certo escopo identitários da região Nordeste, estudos sobre o tema da aids na imprensa de outros jornais da região podem nos ajudar a preencher lacunas empíricas mediante deduções lógico-teóricas.

Partindo da explicação dos significados da nossa metodologia, utilizaremos o que Carlo Ginzburg (1989) denominou de "paradigma indiciário", o que nos propõe pensar em "indícios". Para o autor, esse método de investigação é propício para uma análise de narrativas, o que se encaixa bem com nossas fontes pesquisadas. Em seu livro "Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história", Ginzburg (ibidem) afirmou que o investigador é comparável ao médico por procurar pistas que induzem a algo. Assim, no nosso caso, as notícias precisarão conter indícios do assunto que procuramos: a aids.

Nisto, nossa investigação se enquadra no que Godoy (1995) identificou como pesquisa documental. Para a autora, "como comumente pensamos que o trabalho de pesquisa sempre envolve o contato direto do pesquisador com o grupo de pessoas que será estudado, esquecemos que os documentos constituem uma rica fonte de dados" (p. 21). Para a autora:

> Uma das vantagens básicas desse tipo de pesquisa é que permite o estudo de pessoas às quais não temos acesso físico, porque não estão mais vivas ou por problemas de distância. Se quisermos, por exemplo, estudar as relações patrão-empregado antes da Revolução Industrial, teremos que recorrer a documentos diversos de empresas da época, uma vez que não será possível encontrar pessoas que tenham vivido naquele período para entrevistar. Além disso, os documentos constituem uma fonte não-reativa, as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo. Podem ser considerados uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto. Não há, portanto, o perigo de alteração no comportamento dos sujeitos sob investigação (Godoy, 1995, p. 22)

2.2 A "DOENÇA DA MÍDIA"

Ao fazer uma análise dos jornais cearenses sobre os discursos produzidos acerca da aids, Lima (2021) produziu um bom conteúdo sobre como a doença se propagou mais rápido no imaginário social por conta da imprensa. Segundo a autora, a "doença nova" foi uma enfermidade complexa, podendo receber essa nomenclatura por estar bem mais a frente da medicina, que tanto o contágio como a sua popularidade crescia bem mais do que as descobertas científicas sobre sua origem. A "[…] aids provocou, como poucas doenças, intensas reações de medo, de curiosidade e de fascínio, por conta, sobretudo, da miscelânea de tabus milenares que a envolvem, tais como os da sexualidade, da homossexualidade e da morte" (Lima, 2021, p. 14).

Uma frase dita por um jornal francês em 30 de outubro de 1985 denominou bem a situação daquela época perante a doença: “A aids é a primeira doença da mídia” (Spink et al., 2001, p. 852). “Para além de uma doença e de uma epidemia, a aids tornou-se um fenômeno social marcado por tecnologias modernas no campo das pesquisas médicas, pelo ativismo social e pela impressionante dimensão midiática que assumiu” (Spink et al., 2001, p. 852).

> Em linhas gerais, percebe-se que, na sociedade contemporânea, a mídia assumiu um papel fundamental nos processos de produção de sentidos, introduzindo transformações substantivas nas práticas discursivas cotidianas. A mídia constitui um meio poderoso de criar e fazer circular repertórios, e tem o poder de criar espaços de interação, propiciando novas configurações aos esforços de produção de sentido. O espaço fluido – sem fronteiras espaciais e temporais – propiciado pela mídia permite-nos reconceituar da divisão estabelecida na modernidade clássica entre público e privado, impondo uma reflexão inevitável sobre as dimensões éticas dos modernos processos de informação e comunicação. Se a mídia tem o potencial de circular todo e qualquer repertório, e se grande parte do esforço de produção de sentido nos dias atuais está a ela associado, o que deve e o que não deve se tornar visível? A quem compete o papel da seleção? (Spink et al., 2001, p. 853)

É interessante destacar que a aids surgiu em um período em que a grande mídia se modernizava, “[…] como a criação do fax, por exemplo, que ensaiava a ‘diminuição das distâncias’ antes do surgimento da internet, nos anos 1990. (...) A mídia exerceu dupla função, pois ao passo que anunciou o aparecimento de um novo fenômeno patológico, foi o principal meio de transmissão dos informes sobre a doença” (Lima, 2021). Não podemos perder de vista, portanto, que os veículos de imprensa estavam buscando e experimentando novas modalidades de comunicação midiática; incluindo experimentações ideológicas e estéticas implicadas com o conceito famoso da “sociedade do espetáculo”, segundo Debord (2005). O autor também é sistemático ao afirmar que “o espetáculo submete a si os homens vivos, na medida em que a economia já os submeteu totalmente. Ele não é nada mais do que a economia desenvolvendo-se para si própria. É o reflexo fiel da produção das coisas, e a objetivação infiel dos produtores” (p. 13). Assim, com a aids pudemos acompanhar os avanços da espetacularização da ciência e os desafios de sua popularidade diante de discursos moralistas e religiosos sobre o problema.

Olhando especificamente para o Brasil, os primeiros casos foram noticiados a partir de 1983, assim,

> a aids, mesmo antes de ter chegado e se instalado de fato no país, já era noticiada pelos principais periódicos, que buscavam retratar o pouco conhecimento que se tinha sobre essa nova enfermidade, conhecimento esse proveniente, em grande medida, das agências norte-americanas de informação, o que fez, por exemplo, com que a maneira como a síndrome era abordada nos Estados Unidos exercesse grande influência no noticiário nacional e, consequentemente, no imaginário social a ela relacionado (Lima, 2021, p. 16-17).

No Brasil, a década de 1980 marca um processo de transição que foi a redemocratização após o Golpe de 1964. É nesse contexto que a aids é apresentada pela mídia com vários termos pejorativos, como “câncer gay” ou “doença dos homossexuais”. Já que os primeiros casos da doença foram notificados

justamente nesse grupo de pessoas, dando a entender para a população que "peste" era um mal que surgia ou só acometia os homens gays.

Embora não seja uma forma de explicação para que houvesse tanto preconceito, vale ressaltar que as notícias avançaram bem mais rápido do que a própria ciência; ao passo que esta novamente enfrentava um desafio de credibilidade e confiança social, de modo que nos Estados Laicos a ciência deve ser o fundamento epistemológico das políticas; apesar de que a imprensa parece se fundamentar mais facilmente no senso comum para constituir suas notícias, principalmente quando não possui resposta científica garantida.

> A apresentação da Aids por parte desses veículos, que ressaltava o caráter estrangeiro da doença e o perfil duvidoso dos que eram acometidos, sujeitos de vida assumidamente promíscua, corroborava a representação da enfermidade como um castigo aos comportamentos transgressores e fazia-se "conveniente" ao fortalecimento dos discursos conservadores, tão característicos do período ditatorial do Brasil. Sem a experiência de casos da enfermidade no país, não se tinha, nesse período, uma literatura médica disponível, visto que a doença ainda não "exigia", devido a sua aparente "distância" do Brasil, iniciativas governamentais e não governamentais que interviessem na sua proliferação. Um dos setores responsáveis pela formulação de um tipo de resposta nos anos iniciais da década de 1980 foi a imprensa. Para esse momento da Aids no Brasil, a mídia se coloca como principal e quase único meio de informação, sobretudo dada à abrangência nacional de alguns veículos de comunicação (Lima, 2021, p. 24-25).

É possível perceber que a mídia se transformou em um receptáculo de informações que a medicina ainda não tinha controle. Lógico que precisamos partir da percepção de que essas mesmas informações saciaram a população por respostas, mas não da forma correta. Um exemplo bem específico da nossa pesquisa são os periódicos aracajuanos, já que eles, por exemplo, repetiram os termos pejorativos usados na época. Assim, a mídia "[…] cumpre, portanto, uma função múltipla dentro dos processos de difusão: ao mesmo tempo que divulga, informa, forma e se auto mantém. (...) Ela compreende também uma dimensão contextual – temporal e espacial –, na medida em que esses produtos são fenômenos sociais" (Spink *et al*. p. 854).

2.3 A EDUCAÇÃO DA MÍDIA

Nisto, entramos no campo da educação, pois não podemos falar de uma "doença da mídia" sem uma educação velada pelo poder. Se de fato educou ou não, precisaríamos entrevistar pessoas que leram tais narrativas em Sergipe. Mas precisamos destacar a pedagogia da mídia, principalmente a brasileira, que sempre esteve vinculada ao capitalismo, foi consequentemente uma forte aliada da classe social dominante (Sodré, 1999). Quem notou e publicou essa forma de educar foi Green (2018) na imprensa do Rio de Janeiro. Para o autor, "a notícia do surgimento da aids veio acompanhada de muita confusão, repletas de informações contraditórias, que disseminavam o pânico entre a população e geravam ansiedade nos homens gays" (p. 290). É importante destacar que que James Green não só viveu esse período como também

entrevistou pessoas para contextualizar a sua obra que narra a vida de um militante gay da esquerda armada no Brasil que lutou contra a ditadura militar.

Ninguém escapa da educação, foi o que afirmou Brandão (2007). E de fato. Em seu livro, o autor explora o campo educativo muito mais amplo do que as quatro paredes da sala de aula.

> Em todos os cantos do mundo, primeiro a educação existe como um inventário amplo de relações interpessoais diretas no âmbito familiar: mãe-filha, pai-filho, sobrinho-irmão-da-mãe, irmão-mais velho-irmão-caçula e assim por diante. Esta é a rede de trocas de saber mais universal e mais persistente na sociedade humana. Depois, a educação pode existir entre educadores-educandos não parentes - mas habitantes de uma mesma aldeia, de uma mesma cidade, gente de uma mesma linguagem - semi-especializados ou especialistas do saber de algum ofício mais amplo ou mais restrito: artesão aprendiz, sacerdote-iniciado, cavaleiro-escudeiro, e tantos outros.Até aqui o espaço educacional não é escolar. Ele é o lugar da vida e do trabalho: a casa, o templo, a oficina, o barco, o mato, o quintal. Espaço que apenas reúne pessoas e tipos de atividade e onde viver o fazer faz o saber. (Brandão, 2007, p. 31-32)

Ao retratarmos o teor pedagógico da mídia, Rocha (2005) nos afirma que os impressos, principalmente, “caracterizam-se primeiramente pela difusão de informações, isto não significa que são neutros ou imparciais diante dos acontecimentos do cotidiano. E também por serem formadores de opinião pública, pelo fato de disseminarem análises a respeito do contexto político, educacional, comercial, religiosa entre outras” (p. 02).

Para Rocha (p. 02), “temos a imprensa como um avanço tecnológico, onde acreditamos que ela vem configurar o processo de civilização, pois em seu bojo são verificáveis infinitas configurações as quais estão permeadas de mudanças de comportamento, bem como de estruturas psíquicos sociais” (p. 04).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A AIDS EM SERGIPE

Segundo os dados coletados até o momento na dissertação, o Gazeta de Sergipe revela que a aids começou a ser noticiada e detectada no estado em 1987. Naquele ano, a primeira notícia aconteceu em fevereiro destacando que já havia três casos em Sergipe. Contudo, o assunto sobre a doença em si não ganhou destaque desde 1983. Abaixo, organizamos uma tabela com a quantidade de notícias acerca da aids em cada jornal:

Tabela 1 – Dados utilizados.

Gazeta de Sergipe 1983 a 1987	**Jornal de Sergipe 1983**	**Jornal da Cidade 1983 a 1985**
17 notícias	04 notícias	19 notícias

Fonte – Elaboração Própria.

Ao verificar os dados acima, podemos ter uma breve impressão de que os jornais cumpriram o seu papel de informar. Porém, é preciso lembrar que estamos tratando de publicações diárias, de jornais que ousaram trazer com frequência notícias de outros países. Mas ao focar na aids, percebemos que houve uma influência pejorativa no primeiro ano pesquisado. Algo que conseguimos compreender, já que a doença ainda estava em processo de descobrimento na própria medicina.

Assim, por conta da pesquisa de Lima (ibidem), ao olhar para o Ceará, podemos falar que a imprensa aracajuana cumpriu a sua função, mesmo que de forma pejorativa, já que a autora identifica que os seus jornais pesquisados ficaram aquém de informações exteriores, principalmente da grande mídia nacional e internacional (p. 41).

A doença é algo que modifica nossa existência, segundo Nascimento (2005). Para a autora, esse processo tão perigoso e ao mesmo tempo tão normal na humanidade faz com que as pessoas tenham comportamentos diferenciados. E a aids provocou isso. Para se ter uma ideia, ao estudar sobre a tuberculose e a aids no Brasil, a pesquisadora notou algo semelhante nas epidemias: a procura por culpados.

Em 1983, os jornais sergipanos usaram os termos que a mídia mundial conhecia para retratar a situação, como por exemplo “câncer ou peste gay”. Uma consequência de uma doença que se propagava antes mesmo de ser estudada e compreendida consiste em uma livre produção imaginária pautada em fontes míticas, místicas, pré-científicas, etc. Uma doença estranha que acometia pessoas estranhas. E tudo isso pelo fato de as primeiras pessoas infectadas terem sido homossexuais.

Pouco tempo depois é que os periódicos sergipanos vão abandonar os termos pejorativos para usarem a sigla de origem científica. “Dado o desconhecimento dos mecanismos de transmissão da doença e sua associação às relações homossexuais, sendo apenas tardiamente admitida a possibilidade de contaminação também por relacionamentos heterossexuais, forçando o reconhecimento da existência de uma pandemia” (Nascimento, 2009, p. 84).

3.2 TRABALHANDO COM POUCOS DADOS NAS FONTES JORNALÍSTICAS

Carlo Ginzburg, historiador e antropólogo, publicou pela primeira vez em 1976 a obra “O queijo e os vermes”. O livro vai narrar o julgamento de um homem que ousou desafiar a Inquisição Católica colocando à prova um dos principais fundamentos cristãos: a criação do mundo. É interessante ressaltar que até então a investigação historiográfica se baseava em buscar respostas em grandes acontecimentos sem ter um olhar atento para os detalhes, indícios. Assim, surge a micro-história.

Vale ressaltar que, apesar do contexto da narrativa se passar em um contexto grandioso e conflitante do catolicismo, Ginzburg se esforçou para contar a história de apenas uma pessoa para tentar entender um contexto bem maior.

É interessante que, assim como aquele autor, comparando aos documentos da Inquisição, nós também, na dissertação, temos um grande volume de dados, só que nem todos são sobre o assunto que desejamos. Ao contrário, temos periódicos diários, mas pouco material sobre o tema abordado durante os cinco primeiros anos pesquisados.

Como destacamos na dissertação, silêncios podem ou não ser propositais. E este é um daqueles paradigmas que, infelizmente, terá que continuar sem respostas neste artigo. Ficando como sugestão para possíveis pesquisas sobre a aids ou acerca da imprensa.

Não sabemos os posicionamentos políticos ou religiosos dos jornais para apontar que tais distanciamentos de um assunto tão urgente e emergente não tenha sido falado durante um ano, por exemplo, em um dos periódicos analisados. Mas também é interessante nos perguntar se não houve algum tipo de controle. Pois, retornando para Sodré (ibidem), ao abordar a imprensa do proletariado, da burguesia, da política e do controle, o autor afirma que

> Jornais e revistas - para só examinar o caso da imprensa - são submetidos a condicionamentos os mais diversos: ao poder público, no que diz respeito aos fornecimentos de papel e outros produtos importados, como as máquinas em particular, sem falar no que diz respeito aos empréstimos, aos financiamentos, às isenções de impostos, aos favores fiscais e cambiais, etc. - e sem mencionar o problema da censura; aos próprios proprietários das empresas, particularmente as brasileiras do tipo familiar, de jornais herdados, com as ligações pessoais desses proprietários no mundo dos negócios e no mundo político, além daquilo que caracteriza tais chefes de empresa como situação de classe; às exigências de notícias, todas estrangeiras, de dependem inteiramente para a informação do exterior; às agências de publicidade, também estrangeiras, que distribuem a propaganda dos grande monopólios, também estrangeiros, que operam no país. A liberdade de imprensa, como de resto qualquer outra concepção - escreveria um ensaísta - requer uma adaptação contínua às necessidades sociais emergentes sociais emergentes, sob pena de se transformar na negação de si mesma e numa simples ideologia de dominação. A imprensa, realmente, torna-se o contrário do que era, e particularmente do que deveria ser, na medida em que se desenvolve, na sociedade capitalista. O jornal é menos livre quanto maior como empresa. O escândalo da infiltração de capitais estrangeiros em nossa imprensa carece em si mesmo de significação se não for inserido no longo e tortuoso processo de desnacionalização a que estamos sendo submetidos - é simples aspecto da crise da imprensa aqui (Sodré, 1999, p. 448-449)

No fragmento acima, o autor é perspicaz ao observar que há vários momentos, poderes e fenômenos exteriores que atravessam a imprensa brasileira. Sendo que se formos analisar os periódicos de Aracaju, eles também não ficaram ilesos de tais consequências. O Jornal da Cidade, por exemplo, tinha uma forte ligação com as mensagens e discursos do Papa João Paulo II. O que não foi tão visível nos outros dois veículos de comunicação.

Para contextualizar o subtítulo desta parte do artigo é preciso que voltemos a fazer as mesmas perguntas da introdução: por ser a capital do menor estado e também estar se democratizando seria, ou não, um ambiente favorável para um tratamento mais intenso e frequente sobre a aids? Ou que era um momento propício para não abordar o tema?

O interessante é que as duas perguntas se complementam e podem ser respondidas juntas. De fato, assim como a mídia nacional, que passava por um momento de abertura, a imprensa aracajuana também estava se democratizando por justamente mostrar o movimento “Diretas Já”, que cobrava do Governo Nacional eleições diretas. No âmbito de ser ou não um ambiente favorável, acreditamos que essa seja nossa grande questão que precisa ser discutida e que pode explicar o porquê de poucas abordagens sobre a aids.

Já em 1983, início da nossa pesquisa, pois é o mesmo ano em que o país começou a noticiar a doença (Green, 2018), Sergipe enfrentava uma estiagem que já durava, aproximadamente, cinco anos. Não só o Brasil enfrentava transformações, o menor estado da federação também possuía as suas, só que de forma negativa.

Os três periódicos foram inundados por notícias que abordavam a situação de calamidade. Na época, o governador do estado, João Alves Filho, segundo as narrativas apresentadas, viajava com frequência para buscar apoio financeiro. O que nem sempre ele conseguiu do Governo Federal.

A pecuária foi uma das áreas mais afetadas. Sem leite e carne, a população sergipana sofria. Manchetes estampavam fotos de famílias do interior em casas de taipa sem nenhum alimento. Enquanto os anos passavam, as notícias sobre a miséria se tornaram comuns. Inclusive com fotos de pessoas procurando comida no lixo do mercado central de Aracaju. Sem contar com o número exorbitante de menores abandonados em Sergipe.

Com isso, fica evidente que as “mazelas” do mundo talvez não importassem tanto quando o próprio estado já possuía as suas. E é neste momento em que podemos também responder como trabalhamos com poucos dados acerca da aids nas fontes jornalísticas: entendendo o contexto local. Contudo, “cabe ressaltar também que nem sempre os documentos constituem amostras representativas do fenômeno em estudo. Em algumas situações, aqueles que foram preservados, ou que são acessíveis ao pesquisador, dificilmente possibilitarão dados válidos e confiáveis” (Godoy, 1995, p. 22)

4 CONCLUSÃO

Ao passo que não encontramos tanto material sobre a doença, precisamos voltar nosso olhar para “um todo”, atravessar a escassez de notícias sobre a aids e entender o que estava acontecendo e apresentar também esses resultados. Lógico que não podemos ter essa visão “inocente” de que alguns assuntos “de fora” precisavam de pouco espaço para dar voz aos problemas locais, sendo que alguns periódicos tinham uma forte conexão com assuntos do exterior, como foi mostrado.

O fato é que, como precisamos de dados, uma das estratégias foi justamente usar esse olhar panorâmico, se distanciando um pouco do que Ginzburg (1989) propôs e aumentar os anos pesquisados. O que de fato, deu certo. Pois, a partir de 1987, a Gazeta de Sergipe vai dispor de todo o seu espaço para falar sobre a doença, já que a aids passou a ter pessoas infectadas no estado. Pois, como Godoy (ibidem) muito

bem citou sobre a análise documental, “o esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira” (p. 23).

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Edições antipáticas, Lisboa, 2005.

FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. – 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2004.

GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

LIMA, Érica Cavalcante. A AIDS vira notícia: os discursos sobre a "doença nova" nos periódicos cearenses na década de 1980 -- 1. ed. -- Fortaleza, CE :Editora da UECE, 2021.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. As Pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

ROCHA, Rita de Cássia Luis. Imprensa, Educação e Civilidade. In: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador: Tecnologia e Civilização, 2005, Ponta Grossa. Anais.

SODRÉ, Werneck Sodré. História da Imprensa no Brasil - 4. ed. (atualizada) - Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPINK, M. J. P. et al. A construção da AIDS-notícia. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 17(4):851-862, jul-ago, 2001.